

DA NATUREZA DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO À DIMENSÃO CULTURAL DA AÇÃO POLÍTICA: Problemáticas e caminhos teóricos acerca dos conflitos rurais

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar a produção do conhecimento elaborada no âmbito acadêmico, a partir dos anos sessenta do século passado, a respeito dos conflitos sociais rurais brasileiros ocorridos no pré-1964. A produção do conhecimento examinada a partir das técnicas da Análise de Conteúdo foi formada por teses, dissertações e livros oriundos de programas de pós-graduação no país e no exterior. Os resultados revelam a construção de novas categorias na investigação dos conflitos sociais no campo, bem como a percepção de outros elementos, não exclusivamente determinados pelas transformações capitalistas, como condição para a emergência destes conflitos.

Palavras-chave: rural; camponês; conflitos sociais rurais; campo acadêmico; produção do conhecimento.

Classificação JEL: B24; B29; B49.

ANGÉLICA MASSUQUETTI

Professora do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail: angelicam@unisinos.br. A autora agradece as contribuições de Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ) e o apoio financeiro da CAPES.

Abstract

This paper analyses the process of knowledge production in the academic community, from the 1960s, regarding Brazilian rural social conflicts occurred before 1964. The knowledge production examined from techniques based on Content Analysis was formed by theses, dissertations and books from Post-Graduate Programs in Brazil and abroad. The results reveal the construction of new categories to investigate rural

social conflicts and the perception of other elements, not exclusively determined by capitalist transformations, as a condition for the emergence of those conflicts.

Keywords: rural; peasant; rural social conflicts; academic field; knowledge production.

I. Introdução

Os pesquisadores brasileiros têm realizado esforços para sistematizar e avaliar a produção acadêmica das ciências sociais aplicadas no Brasil. Suas pesquisas expressam uma elevação do nível de reflexividade do próprio pensamento acadêmico em termos metodológicos e de implicação com o objeto. Esse artigo pretende seguir nessa direção e tomar parte nesse movimento de reflexão a respeito da produção do conhecimento dessas ciências, recuperando o que Bourdieu *et al.* (1999) afirmaram, ou seja, o trabalho científico envolve uma constante reflexão.

O objetivo desse artigo é identificar os principais temas e as questões que a produção do conhecimento, realizada no âmbito dessas ciências, trouxe a debate numa das dimensões do pré-1964 no Brasil: os conflitos rurais. Essa pesquisa não se propõe a classificar essa produção ou determinar filiações teóricas, mas apontar as problemáticas e os caminhos teóricos

escolhidos pelos pesquisadores analisados. A hipótese que entremeia esse estudo diz respeito aos múltiplos olhares estabelecidos pelos cientistas na investigação desses conflitos, ao longo do tempo, no campo acadêmico brasileiro. É importante destacar que a interpretação dos conflitos representava, para os pesquisadores, um esforço para articulá-los com as macro-transformações em curso na sociedade brasileira.

Os produtos do conhecimento eleitos para este artigo foram obtidos a partir da consulta às bases de dados das bibliotecas das principais universidades brasileiras e foram examinados a partir das técnicas da Análise de Conteúdo. A pesquisa foi realizada por título e palavras-chave a partir dos seguintes termos: conflitos rurais, conflitos sociais rurais, conflitos no campo, conflitos no meio rural, lutas rurais, lutas sociais rurais, lutas no campo, lutas no meio rural, movimentos rurais, movimentos sociais rurais, movimentos no campo, movimentos no meio rural, movimentos camponeses e mobilização camponesa. O Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) também foi consultado, contudo, sua base de dados é relativa às teses e dissertações defendidas apenas a partir de 1987.

O levantamento bibliográfico preliminar revelou um conjunto de teses, de dissertações e de livros,

desenvolvido a partir do final da década de 1960, que teve como objeto os conflitos rurais ocorridos no pré-1964, principalmente aqueles que surgiram com o processo de redemocratização do país em meados dos anos 1940. Constatou-se que esse mesmo objeto continuou sendo analisado nas décadas seguintes (anos 1970, 1980 e 1990), o que permitiu comparar diferentes enfoques teóricos a respeito desses conflitos, seus elementos constitutivos e o papel desempenhado por mediadores.

A opção por esse recorte também foi influenciada pela existência de pesquisas realizadas, a respeito desse mesmo objeto, em diversas regiões do país e produzidas em diferentes programas de pós-graduação. Dessa forma, poderia ser percebida a existência ou não dessa multiplicidade de olhares dos pesquisadores brasileiros sobre os conflitos envolvendo os trabalhadores do meio rural no pré-1964. Nesse sentido, optou-se pelo recorte definitivo no objeto de estudo a partir da eleição de um conjunto de dissertações e de teses que pudesse representar as distintas áreas do conhecimento e os diferentes programas de pós-graduação no país, e que analisasse alguns dos diversos conflitos rurais ocorridos no pré-1964. Alguns livros também foram eleitos, resultado de publicação desses produtos do conhecimento. É importante observar que a produção desse conhecimento, ao trazer à lembrança os conflitos rurais que eclodiram no pré-1964, expunha a

percepção da luta de classes e a constituição de um grupo intitulado campesinato pela esquerda política e pela academia.

Os estudos selecionados foram os que analisaram os trabalhadores do meio rural que se organizaram por meio de Ligas Camponesas, de Sindicatos Rurais e de Associações Rurais, entre outros; reivindicavam a terra e uma legislação trabalhista; manifestavam-se através de invasões, de passeatas e de congressos; despertavam o interesse de diferentes grupos, partidos políticos, Igreja e Estado; tinham uma expressão regional, nacional e internacional; e, por fim, conseguiram situar no debate a respeito da questão agrária brasileira da época, e dos anos seguintes, a reforma agrária¹ como uma demanda importante.

Por fim, o estudo de Sader e Paoli (1986), a respeito das classes populares urbanas, foi importante para o desenvolvimento desse artigo em razão da forma teórico-metodológica com que eles trabalharam, servindo de referência para a realização dessa pesquisa. Os autores, ao analisarem as classes populares no pensamento acadêmico brasileiro, haviam indicado a construção de outro caminho analítico para pensar a dinâmica social sem ter como elemento explicativo o Estado. Na opinião dos autores, o pensamento acadêmico, a partir dos anos setenta, passou a criticar a compreensão

das classes sociais a partir da interpretação do Estado como único “intérprete da sociedade”, ou seja, “[...] a ruptura com a ideia de que a concepção da sociedade decorria da concepção do Estado, devido ao caráter peculiar da formação da sociedade brasileira”. (Sader & Paoli, 1986, p. 52) Essas são reflexões que podem ser adequadas para pensar a forma como os pesquisadores passaram a perceber os trabalhadores do meio rural brasileiro. A experiência, o processo de enfrentamento, construiu a identidade e as normas que orientaram a articulação dos trabalhadores do campo em grupos, rompendo com a noção de que o campesinato era uma classe já instituída na estrutura social. Apesar da análise de Sader e Paoli (1986) refletir a respeito da produção acadêmica acerca das classes populares urbanas, os autores indicaram que seria possível pensar de forma semelhante em relação aos estudos a respeito dos trabalhadores do meio rural.

Este artigo compreende mais três seções, além desta introdução. Na segunda delas, são apresentadas as problemáticas presentes nos estudos investigados. Na terceira, são expostas e analisadas as principais influências teóricas. Finalmente, a última seção apresenta as considerações finais.

2. Problemáticas: da transição dos estudos sustentados por uma abordagem macro para aqueles amparados por uma preocupação com a identidade social e política

Para o primeiro conjunto de estudos – Calazans (1969), Camargo (1973), Câmara (1978), Rêgo (1979), Chaia (1980), Martins (1986)², Azevêdo (1982), Guimarães (1982), Costa (1983), Eckert (1984), Bastos (1984)³ e Aued (1986) –, a temática dos conflitos rurais esteve relacionada por vínculos estreitos aos problemas tocantes ao processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Por meio da análise dessas obras, observou-se que a conjuntura política e as contradições socioeconômicas serviram de referência para uma abordagem macro do papel dos movimentos camponeses na sociedade brasileira, do debate em torno das classes no campo, da organização política dos camponeses e da relação entre o Estado e os movimentos camponeses. Os movimentos foram analisados por meio dos Sindicatos Rurais e das Ligas Camponesas no Nordeste, na conjuntura de expansão e crise do populismo, e através das propostas ideológicas da classe dominante e das alternativas propostas pelas Ligas Camponesas, no processo de transformação da sociedade brasileira, no campo político. Parte destes estudos analisou o conflito pela posse da terra em diferentes estados, a partir das

reivindicações das organizações e das relações entre o Estado e os grupos dominados no campo, revelando a amplitude dos casos analisados pela academia.

O avanço do capitalismo no campo e o papel desempenhado pelo Estado neste processo foram abordados para explicar as transformações das relações sociais no campo e a ação dos trabalhadores, dos proprietários de terras e das organizações no campo político. Os estudos deram relevo para discussões acerca da natureza das relações de produção, da presença de relações de produção não capitalistas como elemento para a acumulação do capital, da subordinação da agricultura e dos trabalhadores do meio rural ao capital, da produção de alimentos para o mercado interno e a respeito dos conflitos de classes, emergindo a identidade camponato no meio rural, ou seja, as contradições geradas por este processo refletiram na emergência de conflitos, em diferentes formas de mobilização e na organização política dos trabalhadores do meio rural através das Ligas Camponesas, dos Sindicatos Rurais, das Associações Rurais, entre outros. O Estado foi visto a partir do ângulo do exercício do poder, levantando temas como das instituições políticas, das formas de participação e das relações entre interesses públicos e privados e políticas públicas. A análise destes conflitos foi observada a partir da construção de determinadas proposições: o debate a respeito da natureza das relações de produção, a luta de classes, a

forma de mobilização política dos trabalhadores do meio rural e a relação entre o Estado e os movimentos camponeses.

Quando a dimensão cultural da ação política passou a fazer parte das preocupações dos pesquisadores, como no segundo conjunto de estudos – Almeida (1981), Bastos (1984), Barreira (1987), Grynszpan (1987), O'Dwyer (1988), Medeiros (1995) e Novaes (1997) –, o tema dos conflitos rurais foi analisado a partir de como os trabalhadores do meio rural constituíram uma identidade social e política com o processo de luta e por meio de suas práticas sociais. Revelou-se uma preocupação com o lugar ocupado pela religião no processo de construção de identidades políticas entre os trabalhadores do campo mobilizados, com o comportamento político dos proprietários de terras e dos trabalhadores rurais como manifestação de um processo de reprodução do poder, com o significado das organizações dos trabalhadores rurais, com a mobilização camponesa e a competição em torno da sua representação, com a constituição da identidade camponesa e a sua substituição por um proletariado agrícola e com uma reflexão sobre os aspectos envolvidos no processo da emergência dos trabalhadores do campo na política, através da atuação do Partido Comunista do Brasil (PCB), por meio da imprensa.

Foi possível observar que o advento das transformações capitalistas no campo brasileiro

compõe um fenômeno complexo que não pode ser suficientemente abordado por uma única perspectiva. Houve um processo de acomodação no terreno das relações sociais no meio rural e mesmo na esfera das representações políticas desse setor. Essas transformações tornaram tênues os contornos do chamado “mundo rural” – sua ética e seu tempo, suas tradições e seus procedimentos foram abruptamente transformados e engendraram outras tantas transformações que se reatualizam. Relativamente a cada um desses domínios de análise e cruzamento, as obras do segundo grupo, e suas respectivas abordagens, revelaram as transformações do “mundo rural” em diversos âmbitos: a dimensão cultural da ação política; a identidade destes trabalhadores passou a ser forjada no processo de resistên-

cia e de conflito; e as lideranças e a disputa pela representação dos camponeses foram os balizadores do processo de construção da identidade desse grupo.

O Quadro 1 apresenta a síntese das principais problemáticas presentes nos dois conjuntos de estudos analisados neste artigo.

A questão do papel do Estado, nos anos 1960 e no início da década seguinte, ocupava um espaço privilegiado nas investigações dos cientistas brasileiros, enquanto a sociedade civil, a partir da segunda metade dos anos 1970, passou a ser investigada por meio da análise dos movimentos sociais e, ao longo do tempo, as análises concentraram-se nas identidades e nas representações sociais. A transição dos estudos sustentados por

Quadro 1. Principais Problemáticas

Obras	Primeiro Conjunto de Estudos	Segundo Conjunto de Estudos
Problemáticas	<ul style="list-style-type: none"> • Natureza das relações de produção; • Presença de relações de produção não capitalistas como elemento para a acumulação do capital; • Subordinação da agricultura e dos trabalhadores do meio rural ao capital; • Conflitos de classes, emergindo a identidade campesinato no meio rural. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dimensão cultural da ação política; • Identidade dos trabalhadores forjada no processo de resistência e de conflito; • Lideranças e disputa pela representação dos camponeses foram os balizadores do processo de construção da identidade desse grupo.

Fonte: Elaboração própria.

uma abordagem macro para aqueles amparados por uma preocupação com a identidade social e política dos trabalhadores do meio rural revelou a tentativa de amplitude do entendimento político, econômico e social da sociedade brasileira para questões ligadas à construção da identidade e da representação de atores sociais.

Sader e Paoli (1986) afirmaram que na academia percebia-se a procura do entendimento sobre as classes na sociedade brasileira sem partir da ideia de que a concepção da sociedade originava-se da concepção de Estado, a partir dos acontecimentos políticos de 1968. Partindo-se desta concepção dos autores, observou-se que as transformações capitalistas no campo (e a atuação do Estado no sentido de promovê-las) e a natureza das relações sociais de produção, temas importantes na academia brasileira desde a década de 1960, portanto, não eram mais os elementos centrais para compreender a emergência da identidade social dos trabalhadores do meio rural. Neste sentido, naqueles mesmos anos 1970 e 1980, alguns pesquisadores passaram a se interessar pelo entendimento político dos trabalhadores do meio rural no processo de luta. Os autores analisados neste artigo perceberam que a construção da identidade social e política camponesa, a sua representação e o seu posicionamento político não estavam atrelados a uma estrutura social dada, mas eram construídos na luta política dos trabalhadores

do meio rural e travados no cotidiano a partir das mediações e dos símbolos culturais. Além disto, os pesquisadores também observaram o processo de ruptura das formas tradicionais de dominação, definindo novas relações sociais e novas posições no espaço de conflito.

A presença de estudos sustentados por uma abordagem nas relações sociais de produção e daqueles amparados em abordagens teóricas ligadas à construção da identidade e da representação de atores sociais revelou a pluralidade na maneira de focalizar o tema. Apesar do olhar sobre os conflitos rurais revelar a pluralidade de abordagens nestes estudos, este conjunto de obras se aproxima através da preocupação que os pesquisadores tiveram com as transformações sociais no campo. Este conjunto de pesquisadores conseguiu revelar elementos importantes para a compreensão do rural no Brasil.

Em relação ao primeiro conjunto de pesquisas, observou-se que a importância da ação do Estado justificou-se em razão de uma percepção da heterogeneidade, da falta de integração e da necessidade de representação externa dos trabalhadores do campo. As contradições geradas com o avanço do capitalismo no campo criaram as condições para a homogeneização da diversidade dos trabalhadores do meio rural e esta homogeneidade do grupo, por sua vez, foi uma importante condição para a sua participação política e social através da ação do Estado. Nes-

te sentido, a classe era compreendida a partir de questões que se situavam fora dela, “fora de suas relações sociais concretas e vividas”, como afirmaram Sader e Paoli (1986).

De acordo com Sader e Paoli (1986, p. 49), a partir dos anos 1960, a produção acadêmica construiu a imagem dos trabalhadores como classe social através da sua “negatividade”, isto é, “[...] a falta de uma identidade social e política coletiva, a falta de uma coerência e racionalidade a partir de sua posição objetiva no processo de produção, a falta de uma consciência adequada de classe, a falta de uma autonomia mínima de movimentação coletiva solidária”. Neste sentido, a ação do Estado como agente de transformação histórica destes trabalhadores em classe seria fundamental. A construção desta percepção ocorreu, segundo os autores, partir do diálogo com o marxismo e com teorias sobre relações industriais, que descreviam a evolução dos países europeus no processo de constituição do capitalismo.

Em relação às obras que compõem o segundo grupo, a pesquisa de Sader e Paoli (1986) forneceu sinais importantes para observar as novas referências presentes nos estudos dos conflitos rurais a partir da influência de reflexões no campo da Política, da Antropologia e da História. Os autores analisados neste artigo perceberam que as transformações capitalistas no campo não eram suficientes para explicar a emergência de

conflitos e a organização de diferentes grupos de trabalhadores do meio rural numa unidade política. Estes pesquisadores estudaram os conflitos por intermédio de diferentes categorias teóricas, permitindo também perceber a presença de novas interpretações e de novos elementos constitutivos deste debate, como a percepção da política como uma ação estabelecida de forças sociais em conjunturas definidas e não um lugar da estrutura social; a expressão política dos trabalhadores do campo não limitada aos lugares tradicionais de organização, como partidos e sindicatos; os trabalhadores do meio rural identificados a partir de suas práticas, como atores sociais, e não de um lugar determinado na estrutura ou da capacidade de pertencerem a uma lógica definida, ou seja, fora do campo institucionalizado do Estado; os trabalhadores do campo como sujeitos da sua própria história e capazes de produzir representações próprias de si mesmos e de exercer influência sobre a sociedade, constituindo-se como sujeitos políticos no processo de enfrentamento (processo que os define); e os trabalhadores compreendidos como classe no espaço de enfrentamento e de experiências coletivas, das particularidades de cada situação, ou seja, as condições para a constituição de classe não necessitavam ser os sindicatos, os partidos ou o Estado. Assim, os trabalhadores do meio rural eram compreendidos, à luz de Sader e Paoli (1986), no cotidiano e não como “personificações desta estrutura”, “objetos da

exploração do capital” ou “produtos das instituições políticas”.

A novidade desta produção do conhecimento seria pensar a identidade camponesa, refletindo a partir de Pierre Bourdieu, representando as propriedades necessárias e intrínsecas de um grupo que lhe pertenciam num dado período, a partir de determinadas relações próprias daquele momento. A expressão desta identidade coletiva, além de expor as ações e as lutas de agentes sociais, organizados em entidades representativas, e as suas relações com o agente de oposição, revelou a construção e a direção do olhar dos cientistas brasileiros.

A relação entre o Estado e os movimentos camponeses foi observada apenas no primeiro conjunto de pesquisas. Este tema foi discutido na ocasião de expansão e de crise do populismo no Brasil a partir do camponês como um ator capaz de se transformar em um suporte social para o governo; do Estado harmonizando um conjunto de forças políticas heterogêneas e estimulando a mobilização popular; do populismo compreendido através do Estado como uma força social mediadora capaz de promover a ação política do campesinato brasileiro com o objetivo de dar impulso ao desenvolvimento econômico; dos camponeses contribuindo para o projeto de desenvolvimento no país impulsionado pelo Estado populista; da questão agrária como um dos

principais suportes do conjunto de questões que envolveram o populismo; do Estado populista promovendo uma “participação controlada” dos trabalhadores rurais, fundamentada numa exclusão política e social e baseada na dominação do bloco industrial-agrário; do populismo como base para a análise da relação entre o Estado e os grupos dominados no meio rural; do Estado direcionando as medidas agrárias a partir da representação dos grupos dominantes, buscando não prejudicar os interesses destes grupos; do Estado populista intervindo na agricultura com o intuito de atender às demandas do grupo dominado no campo para que o pacto populista fosse mantido e para que a estrutura de poder se fortalecesse; do populismo encontrando o apoio necessário através do sindicalismo rural e da inclusão da reforma agrária na política pública; e das ideias nacionalistas empregadas para legitimar o Estado populista através da sua intervenção na atividade econômica. A abordagem da dependência por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, o debate do desenvolvimento brasileiro por Celso Furtado e a discussão acerca do populismo por Otávio Ianni, Francisco Weffort e Fernando Henrique Cardoso foram importantes referências na análise deste tema.

3. Caminhos teóricos: da ênfase no recorte estrutural às classes sociais observadas por meio de um processo social em construção

Outra forma de observar as diferentes abordagens empregadas pelos autores analisados neste artigo seria por meio dos principais caminhos teóricos seguidos em seus estudos. Em relação, especificamente, ao primeiro conjunto de obras, a análise foi orientada, principalmente, por meio de referências teóricas como as abordagens das vias de desenvolvimento político – via prusiana – desenvolvida por Vladimir Ilyich Lênin e por György Lukács; a crise do bloco histórico agrário-industrial e as causas da luta através da compreensão de Antonio Gramsci; a discussão sobre a renda da terra e a nacionalização das terras por Vladimir Ilyich Lênin e Karl Marx; a análise da penetração do capitalismo no campo por Karl Marx e Rosa Luxemburgo; a análise do desenvolvimento do capitalismo marcado pela reprodução de relações não capitalistas por Vladimir Ilyich Lênin; o debate sobre frente de expansão e frente pioneira por José de Souza Martins; a concepção de ideologia, evocando a discussão de classe social, por Karl Marx; o conceito de hegemonia por Antonio Gramsci; a discussão sobre classes por Aníbal Quijano Obregón; e a análise dos atores envolvidos no conflito por Alain Touraine. As contribuições teóricas destes (e de outras referências internacionais e de pesquisadores brasileiros e intelectuais

políticos) foram fundamentais para a percepção do contexto econômico, social e político do país e da compreensão das transformações sociais no campo com o avanço do capitalismo no Brasil.

A partir destas influências teóricas, os trabalhadores do meio rural apareceram num contexto de avanço das transformações capitalistas no campo brasileiro de forma não homogênea, revelando a existência de relações sociais de produção não capitalistas no campo ao mesmo tempo em que o processo de proletarização da mão-de-obra no meio rural tornava-se uma realidade, provocando demandas diversas por parte destes trabalhadores, como a reivindicação pela terra e por melhores condições de trabalho. A luta pela terra transformou-se no aspecto unificador das reivindicações de trabalhadores em condições sociais de trabalho tão distintas e permitiu que se formasse a constituição política deste grupo. Os conflitos no meio rural passavam então pelos debates a respeito da questão agrária e da propriedade fundiária no Brasil, questões oriundas da interpretação da esquerda da época a respeito das especificidades do processo histórico de transformações sociais e econômicas vivenciadas pela sociedade brasileira. O que ocorreu, contudo, não foi apenas a construção de uma categoria no discurso político daquele momento. A existência destes conflitos levou à inserção da questão da reforma agrária nas esferas políticas estaduais e nacional. A categoria camponês, empregada pelos pesquisadores, passou a ser

uma categoria que expressava como o campo acadêmico buscava participar do debate político brasileiro, descrevendo uma realidade do meio rural que fazia sobressair as especificidades das relações econômicas, políticas e sociais no pré-1964.

No segundo conjunto de obras, a análise dos autores foi orientada, principalmente, por meio da reflexão a respeito da construção das identidades sociais, inspirada em Placide Rambaud e em Alain Touraine; da definição da identidade dos atores, dos adversários e da dimensão do conflito por Alain Touraine; da análise das razões da sujeição do campesinato aos proprietários de terras e a superação dessa dominação a partir dos conflitos por meio de Barrington Moore Jr. e de Claude Lefort; das causas das crises históricas associadas às crises econômicas abordadas através de Antonio Gramsci; da percepção da emergência dos trabalhadores do meio rural no espaço público através da ação e do discurso de uma linguagem por meio de Hannah Arendt e de Stedman Jones; do processo de formação de classes através de Edward P. Thompson e de Pierre Bourdieu; da constituição de direitos segundo Eric Hobsbawm e Claude Lefort; da discussão de Max Weber sobre a legitimidade; das rupturas no processo de dominação através de Raymundo Faoro e de Maria Isaura Pereira de Queiroz; da legitimação do sistema de dominação e da “consciência do direito de ter direitos” por Claude Lefort; da existência de nor-

mas na sociedade a partir de Barrington Moore Jr.; da relação do camponês com a terra através de Henri Mendras; da questão da legitimidade e da questão moral apontadas por Edward P. Thompson e por Barrington Moore Jr.; da necessidade de representações externas ao movimento dos camponeses por Karl Marx; da importância das lideranças segundo Barrington Moore Jr., Pierre Bourdieu e Sylvain Maresca; da representação política dos camponeses por Pierre Bourdieu. A partir destas referências abriu-se a possibilidade para refletir a respeito dos trabalhadores do meio rural como sujeitos no espaço político da sociedade brasileira através de suas práticas cotidianas e de suas múltiplas dimensões, sem recorrer à estrutura como paradigma. Ou seja, eram sujeitos que também escreviam a história da sociedade brasileira. Assim, os trabalhadores do meio rural poderiam elaborar e produzir representações próprias de si mesmos através da luta travada no cotidiano e da mobilização pelos agentes externos.

O Quadro 2, ao lado, apresenta a síntese dos principais caminhos teóricos presentes nos dois conjuntos de estudos analisados neste artigo.

O campo político e os processos da vida cotidiana passaram a ser observados, com uma maior ênfase, pelo segundo conjunto de cientistas, agregando o conteúdo cultural presente nesses conflitos às suas análises. Um aspecto comum nas obras destes autores era que a constituição

Quadro 2. Principais Caminhos Teóricos

Obras	Primeiro Conjunto de Estudos	Segundo Conjunto de Estudos
Problemáticas	<ul style="list-style-type: none"> • As abordagens das vias de desenvolvimento político – via prussiana – desenvolvida por Vladimir Ilyich Lênin e por György Lukács; • A crise do bloco histórico agrário-industrial e as causas da luta através da compreensão de Antonio Gramsci; • A discussão sobre a renda da terra e a nacionalização das terras por Vladimir Ilyich Lênin e Karl Marx; • A análise do desenvolvimento do capitalismo marcado pela reprodução de relações não capitalistas por Vladimir Ilyich Lênin; • A análise da penetração do capitalismo no campo por Karl Marx e Rosa Luxemburgo; • O debate sobre frente de expansão e frente pioneira por José de Souza Martins; • A concepção de ideologia, evocando a discussão de classe social, por Karl Marx; • O conceito de hegemonia por Antonio Gramsci; 	<ul style="list-style-type: none"> • Reflexão a respeito da construção das identidades sociais, inspirada em Placide Rambaud e em Alain Touraine; • Definição da identidade dos atores, dos adversários e da dimensão do conflito por Alain Touraine; • Análise das razões da sujeição do camponato aos proprietários de terras e a superação dessa dominação a partir dos conflitos por meio de Barrington Moore Jr. e de Claude Lefort; • Causas das crises históricas associadas às crises econômicas abordadas através de Antonio Gramsci; • Percepção da emergência dos trabalhadores do meio rural no espaço público através da ação e do discurso de uma linguagem por meio de Hannah Arendt e de Stedman Jones; • Processo de formação de classes através de Edward P. Thompson e de Pierre Bourdieu; • Constituição de direitos segundo Eric Hobsbawn e Claude Lefort; • Discussão de Max Weber sobre a legitimidade;

Quadro 2. Principais Caminhos Teóricos – continuação

Obras	Primeiro Conjunto de Estudos	Segundo Conjunto de Estudos
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">Problemáticas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A discussão sobre classes por Aníbal Quijano Obregón; e • A análise dos atores envolvidos no conflito por Alain Touraine. 	<ul style="list-style-type: none"> • Rupturas no processo de dominação através de Raymundo Faoro e de Maria Isaura Pereira de Queiroz; • Legitimação do sistema de dominação e da “consciência do direito de ter direitos” por Claude Lefort; • Existência de normas na sociedade a partir de Barrington Moore Jr.; • Relação do camponês com a terra através de Henri Mendras; • Questão da legitimidade e da questão moral apontadas por Edward P. Thompson e por Barrington Moore Jr.; • Necessidade de representações externas ao movimento dos camponeses por Karl Marx; • Importância das lideranças segundo Barrington Moore Jr., Pierre Bourdieu e Sylvain Maresca; • Representação política dos camponeses por Pierre Bourdieu.

Fonte: Elaboração própria.

das identidades dos trabalhadores do meio rural ocorria no processo de luta travado nos conflitos rurais e por meio de suas práticas sociais, sem que a sua explicação ocorresse a partir da análise da natureza das relações sociais no campo. Para os autores, o cotidiano também poderia ser considerado como um espaço de luta, onde relações de dominação/resistência estariam presentes. Ao longo do tempo, o conjunto de trabalhadores do meio rural passou por transformações e constituiu uma identidade social e política construída no processo de enfrentamento e também a partir da existência de instituições encarregadas de representá-los (representação política). Na verdade, a representação política também se construiu no processo de luta. A configuração de uma unidade política no campo esteve ligada ao processo de representação dos trabalhadores por suas lideranças ou articulado por mediadores, o PCB, as Ligas Camponesas, a Igreja e o Estado, entre outros. As mediações acabaram por fortalecer a fonte de legitimidade dos conflitos rurais.

As implicações destas referências teóricas representam que os conflitos passaram a ser analisados a partir de múltiplas dimensões, como a religiosa e a cultural, por exemplo. Neste sentido, as particularidades dos atores envolvidos e do processo de luta são consideradas na constituição de classes. Para Medeiros (1992, p. 54), a busca da dimensão cultural dos agentes sociais foi uma importante contribuição neste debate:

“Se um dos traços do paradigma é justamente a sua concepção homogeneizante, o resgate das tradições culturais, tal como propõe Thompson, por exemplo, permite perceber o diverso que se encontra no processo de constituição de uma identidade de classe”. Dentro da reflexão de Edward P. Thompson, os conceitos de luta de classes, consciência de classes e interesses de classes seriam compreendidos através das particularidades dos atores envolvidos, de processos em construção, das experiências dos agentes, de um processo de luta no espaço político.

A percepção das transformações provocadas no país com o avanço do capitalismo, alterando as relações econômicas, sociais e políticas não apenas no meio urbano, mas principalmente no meio rural, bem como o papel do Estado nesta etapa do desenvolvimento, foi essencial para as discussões a respeito dos conflitos rurais brasileiros. A ação de partidos políticos de esquerda e a existência de movimentos sociais no cenário político levavam à reflexão a respeito de transformações mais profundas na sociedade brasileira e da necessidade de alianças entre as classes. Naquela conjuntura histórica, o marxismo e as suas vertentes exerceram influência sobre a produção acadêmica brasileira. Essa influência não poderia ser diferente sobre as pesquisas acerca desses conflitos desenvolvidas nos programas de pós-graduação no Brasil. Os referenciais marxistas orientaram inúmeros estudos sobre a sociedade brasileira e sobre os conflitos rurais.

Os pesquisadores identificaram que um conjunto heterogêneo de trabalhadores do meio rural brasileiro se mobilizou por meio das Ligas Camponesas, dos Sindicatos Rurais e de outras formas de organização no contexto histórico das transformações capitalistas no Brasil. Através do processo de classificação da base social destas diferentes organizações, os autores enfatizaram as relações sociais presentes no meio rural brasileiro, numa tentativa de inserção no debate a respeito da natureza das relações sociais de produção. A importância que os trabalhadores do meio rural tiveram no cenário político brasileiro, no entanto, levou à reflexão a respeito de transformações mais profundas na sociedade brasileira. Outro conjunto de autores identificou a presença de novos elementos na explicação dos conflitos no campo.

Uma característica desse conjunto geral de obras foi a descrição da intensificação dos conflitos no meio rural desde meados dos anos 1940, período de redemocratização do país, e do papel e caminhos políticos propostos pelas mediações. Estes trabalhadores do meio rural organizaram-se em Associações Rurais, Sindicatos Rurais, Ligas Camponesas e Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) e promoveram demandas em torno de questões trabalhistas, econômicas e sociais. Passaram a ter uma maior visibilidade na sociedade porque estavam inseridos nos debates políticos e econômicos promovidos por seus representantes, possibilitando a projeção de suas

reivindicações no espaço nacional, e pelas pesquisas desenvolvidas pelos cientistas brasileiros, como revelou Sigaud (1992), pois ao afirmarem a existência dos conflitos em seus estudos, nos fóruns científicos etc., contribuíram para dar “existência social” aos grupos de trabalhadores do campo e aos conflitos.

A partir da produção do conhecimento investigada foi possível verificar a multiplicidade de recursos analíticos empregados, como a ênfase no recorte estrutural, definindo o debate sobre a natureza das relações de produção, a coexistência de relações capitalistas e não capitalista de produção e o lugar político do campesinato, concomitante à proposição de que as classes sociais eram observadas por meio de um processo social em construção. Nesta linha, as pesquisas empregaram a noção de identidade social, sendo uma contribuição do campo antropológico e importante por revelar o cruzamento de aportes de diferentes disciplinas no campo acadêmico. Este aspecto merece consideração porque foram observadas as mudanças nas posições ocupadas, no tempo e no espaço, pelos grupos sociais e o conflito era um espaço de definição de identidade. As classes sociais, portanto, se constituíram num processo histórico de construção da identidade social por meio de diferentes dimensões: culturais, econômicas e políticas. A noção de que as relações entre as classes sociais se davam num processo e não a partir da estrutura é um modo de revelar o pluralismo teórico e metodo-

lógico presente no processo de formação do conhecimento destas ciências. Na mesma perspectiva de proliferação de novos olhares, conceitos como direitos e cidadania surgiram para revelar o processo de ruptura das formas tradicionais de dominação e a constituição de novas posições no espaço de conflito. As particularidades desta amplitude analítica foram ressaltadas por Medeiros (1995). Nesse sentido, ainda por meio da autora, se os camponeses não eram determinados na relação com a política pelo seu “ser de classe”, caberia refletir acerca da sua mobilização política. Para a autora, as influências de Edward P. Thompson e de Pierre Bourdieu – ou, num sentido mais amplo, através dos campos da História e da Antropologia – foram essenciais para revelar o modo como os camponeses foram percebidos como classe nos estudos acerca dos conflitos no campo.

Os pesquisadores brasileiros produziram uma leitura dos conflitos com o intuito de perceber o lugar ocupado pelos trabalhadores do meio rural (ou camponeses) na dinâmica da sociedade brasileira, revelando que eles poderiam assumir uma expressão política não ligada, necessariamente, aos espaços tradicionais, como os sindicatos, constituir-se-iam como sujeitos em suas práticas e formar-se-iam como classe através das lutas. O empreendimento destes cientistas integrou o conjunto da produção do conhecimento elaborada pela academia como um guia para a reflexão a respeito das particu-

laridades desta sociedade, caracterizando-se por seu caráter multidisciplinar – o que é indispensável por trabalhar com um tema que transita por várias disciplinas e mesmo por entre várias áreas do conhecimento; e por integrar uma rede de pesquisadores que, além de conferir um grau elevado de pluralidade teórica, permite ainda ocupar uma posição no campo acadêmico.

A produção do conhecimento analisada neste artigo revelou que o modelo interpretativo marxista (nas suas diferentes versões) não se apresentava como único sistema explicativo para a discussão sobre classes pela academia brasileira, surgindo novas interpretações que orientavam a pesquisa no interior do campo acadêmico. Este processo de busca de novas chaves teóricas para a compreensão dos conflitos rurais não significava uma rejeição ao referencial marxista, mas uma tentativa de redefinição de determinados conceitos, como classe social, pois novas dimensões estavam sendo consideradas nestas análises. A ampliação da base de compreensão teórica dos conflitos estava associada à incorporação de novos referenciais no campo da Antropologia, da influência de Antonio Gramsci, cuja obra se disseminou no Brasil nos anos 1970, ou antigas referências estavam sendo empregadas por meio de novas questões discutidas em redes de intercâmbio a partir do final desta mesma década.

As observações de Medeiros (1992) revelaram que as práticas do cotidiano passaram a ser mais

valorizadas, e que o conceito de luta de classes, referindo-se ao plano macro, foi questionado nas análises que trabalhavam com um recorte micro. Neste sentido, segundo a autora, “[...] a dificuldade de construir mediações dessa natureza tem levado a um abandono ou, pelo menos a um questionamento profundo do conceito e à opção por trabalhar com categorias mais descritivas, como é o caso de ‘identidades’”. (Medeiros, 1992, p. 9) Além disto, também houve uma reflexão a respeito do lugar do indivíduo, já que a discussão de luta de classes não permitia a sua análise ao trabalhar com um plano de agregação macro. No estudo de Liedke Filho (2005, p. 425), o autor também afirmou que a academia vivenciou, nas últimas décadas, “[...] a passagem de análises macro de crítica ao modelo econômico-social excludente do ‘milagre’ e de crítica ao modelo autoritário para uma micro dos estudos”. O efeito desta peculiaridade do pensamento científico destacada pelos autores, ou seja, a reflexão a respeito dos próprios fundamentos gerais que orientam a ciência, foi percebido na produção do conhecimento analisada nesta pesquisa.

Esse conjunto de estudos permitiu entender algumas das dimensões do processo de reflexão acadêmica no Brasil, o movimento das questões teóricas, as problemáticas etc. Além disso, observou-se que essa produção foi elaborada a partir do diálogo com pesquisadores brasileiros, personagens importantes na constituição do pensamento acadêmico nacional, e com referên-

cias incorporadas nas ciências do país a partir do intenso intercâmbio acadêmico internacional, revelando a utilização de determinadas matrizes explicativas e, ao longo do tempo, a multiplicidade de olhares na investigação destes conflitos.

4. Considerações finais

A partir de diferentes pontos de vista, dos temas e questões abordados e da contribuição teórica das referências utilizadas, foi possível observar que estes estudos estiveram reunidos em torno de grandes temáticas: relacionados ao avanço do capitalismo no campo e à ação do Estado como modo de percepção das transformações das relações sociais no meio rural e à ruptura das formas de dominação e o estabelecimento de novas relações e posições sociais dos atores no campo. Enquanto as relações sociais de produção não capitalistas, a subordinação da terra e dos trabalhadores do meio rural ao capital, o papel do Estado, a constituição do campesinato como uma classe envolvida num projeto de desenvolvimento da nação ou de transformações sociais mais profundas foram preocupações presentes em parte destas investigações; a constituição de atores a partir de processos sociais que se desenvolvem no tempo, no cotidiano, e a emergência de um espaço de rompimento da ordem tradicional de dominação foram examinadas em outros estudos.

Foi possível observar uma mudança de olhar acerca do campesinato brasileiro. Num primeiro momento, o camponês era analisado pelos autores através de suas organizações e do Estado. Com efeito, nos anos 1950 e 1960 tomou consistência, no cenário econômico e político, a identidade de um grupo bastante heterogêneo que representava aqueles que viviam e trabalhavam no meio rural do país. Não é possível compreender este processo sem se considerar a intervenção das categorias organizadoras do espaço social utilizadas pelo Partido Comunista do Brasil, pelas Ligas Camponesas, pela Igreja Católica, pelo Estado, buscando produzir algum tipo de acordo político, jurídico e mesmo econômico com outros segmentos da sociedade. Apesar do deslocamento geográfico e temporal, que provocaram mudanças na base social, nas reivindicações e no próprio elemento de oposição, tornando pouco importantes as diferenças entre os diversos movimentos, o campesinato, segundo grande parte dos autores analisados, tinha um papel a cumprir na história brasileira: as classificações produzidas e operadas num contexto muito maior do que os limites do meio rural buscavam transformar a sociedade brasileira ou conferir-lhe um papel na sociedade brasileira em transformação. Num momento seguinte, os pesquisadores desenvolveram seus estudos a partir da discussão acerca da constituição da identidade social e política dos trabalhadores do meio rural, explicando-a por outras dimensões

e como atores ou sujeitos que se constituem a partir de um processo de confronto e de definição de espaços, das experiências cotidianas, definindo as circunstâncias para a emergência das resistências. Para estes cientistas, o processo de luta constituiu a identidade política e social dos camponeses.

A literatura revelou as inflexões do campo teórico a partir da passagem de uma centralidade de análise dos movimentos sociais através do marxismo, considerando a luta de classes como o “motor da história”, como afirmaram Ledesma (1994) e Krischke (1990), para um estímulo à revisão dos marcos clássicos de interpretação destes movimentos por este paradigma. Neste sentido, construiu-se um campo de análise a partir de novas dimensões, como a cultural. As transformações na sociedade revelaram a emergência de uma nova esfera de conflitos – não mais vinculada apenas ao campo econômico, mas relacionada ao âmbito cultural, religioso etc. Os conflitos afetavam a identidade, o tempo e o espaço na vida cotidiana, a motivação e a ação individual. No que diz respeito aos atores envolvidos nestes conflitos, sua função seria revelar os confrontos em áreas específicas para a sociedade. Estas abordagens foram capazes de retomar a dimensão da experiência humana, experiências culturais, religiosas, entre outras, no interior do discurso político e da esfera pública. Como a academia trabalha com uma multiplicidade de olhares, autores clássicos e incorporação

de novas percepções teóricas, esta foi a forma que os cientistas brasileiros também empregaram, ao longo do tempo, na análise dos conflitos rurais que ocorreram no pré-1964.

Apesar da percepção de que os autores operam a dimensão do conflito a partir das suas problemáticas, um aspecto que não foi abordado neste estudo, mas poderia orientar outras pesquisas desenvolvidas no campo acadêmico acerca da produção do conhecimento sobre os conflitos rurais, é a reflexão acerca da noção de conflito para os cientistas brasileiros. A respeito desta questão, Palmeira (1979) afirmou que o processo de divisão dos conflitos originados de mecanismos de expropriação ou de exploração da força de trabalho era importante apenas do ponto de vista analítico, pois para os trabalhadores do meio rural representam uma atitude “ilegal” dos proprietários, percebida como uma quebra social dos contratos. Por outro lado, também era importante considerar as formas e os conteúdos que a luta de classes assumia no campo. De acordo com o autor, a luta de classes era observada por meio da oposição entre os proprietários e os trabalhadores rurais. O pós-1964, apesar de revelar um processo de transição da estrutura econômica através do rompimento de determinadas relações sociais, não conseguiu completar este processo, mesmo com as mudanças políticas. Estes conflitos romperam com determinados enquadramentos, de acordo com Palmeira (1979), como sindical *versus* local, político *versus*

econômico e espontâneo *versus* articulado por entidades externas, a partir do momento em que houve a quebra da legitimidade do poder tradicional sustentado nas relações pessoais. O autor afirmou, citando Sigaud (1971), que os sindicatos foram decisivos para definir uma determinada visão de mundo para os trabalhadores rurais e para os camponeses. Ao mesmo tempo, para os camponeses, desenvolveu-se “[...] toda uma mística de sindicato, que consiste basicamente em atribuir ao sindicato em geral uma força inusitada e um poder sobre as coisas muito acima daquele que os próprios trabalhadores e camponeses reconhecem aos sindicatos reais que conhecem o dia a dia”. (Palmeira, 1979, p. 50)

A partir da pesquisa realizada neste artigo, portanto, observou-se que o tema dos conflitos rurais foi abordado a partir de diferentes perspectivas, refletindo a diversidade de problemáticas envolvidas. O exame deste conjunto de obras revelou, a partir de diferentes olhares, as investigações acerca desses conflitos no pré-1964 por meio da discussão sobre a natureza das relações de produção, a construção de novas categorias e a percepção de outros elementos como condição para a emergência destes grupos. Um dos principais aspectos apontados por esta produção do conhecimento foi que o problema das transformações sociais no campo brasileiro poderia ser percebido a partir de múltiplas dimensões. Estes autores tentaram contribuir para o debate em torno de questões importantes para a com-

preensão do rural no Brasil, como as transformações capitalistas no campo, a ação do Estado, a emergência de conflitos rurais e a constituição política do campesinato brasileiro.

Essa análise permitiu observar que um movimento de reflexão a respeito da própria teoria esteve presente desde o final dos anos setenta no campo acadêmico brasileiro. A partir deste período, presenciou-se um debate acerca do conceito de classe social, aspecto salientado por Sader e Paoli (1986) e por Medeiros (1992). Para estes autores, este conceito estava sendo questionado como paradigma teórico empregado pela academia. No entanto, não se tratava de uma compreensão de progresso da ciência alcançado por um processo revolucionário, onde as teorias antigas são rejeitadas e substituídas por novas teorias que, por sua vez, são incompatíveis com as anteriores, como desenvolveu Kuhn (2001). Por fim, sugere-se que estudos futuros abordem as pesquisas realizadas após a década de 1990, buscando identificar se as múltiplas análises acerca dos conflitos no pré-1964 se mantiveram presentes na academia, ou as investigações sobre os conflitos no pós-1964.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Transformações econômicas e sociais no campo maranhense: Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão*. São Luís: CPT-MA, 1981.

AUED, Bernardete W. *A vitória dos vencidos (Partido Comunista Brasileiro – PCB – e Ligas Camponesas 1955-64)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1986.

AZEVÊDO, Fernando Antônio. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BARREIRA, César. *Conflitos sociais no sertão: Trilhas e atalhos do poder*. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

BASTOS, Elide Rugai. *As ligas camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. *Ligas Camponesas: Estudo sobre a luta dos camponeses em Pernambuco*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude & PASERON, Jean-Claude. *A profissão de sociólogo: Preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Vozes, 1999.

CALAZANS, Maria Julieta. *Le syndicat paysans comme instrument institutionnel de participation*. Le cas du Nordeste du Brésil. Mémoire (Mestrado) – École Pratiques des Hautes Etudes, Paris, 1969.

CÂMARA, Antônio da Silva. *Hegemonia e crise social no Brasil (1955-1964: modernização e reforma agrária): A ideologia dominante em face às Ligas Camponesas*. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília, Brasília, 1978.

CAMARGO, Aspasia Alcântara de. *Brésil nord-est: Mouvements paysans et crise populiste*. Tese de Doutorado – Université de Paris, Paris, 1973.

CHAIÁ, Vera Lúcia M. *Os conflitos de arrendatários em Santa Fé do Sul – SP (1959-1969)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

COSTA, Cléria Botelho da. *Estado e luta dos posseiros: Goiás (1961-1963)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília, Brasília, 1983.

ECKERT, Cordula. *Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul: 1960-64*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itaguaí. 1984.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-64)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes/Fase, 1990.

GUIMARÃES, Maria Tereza Canezin. *Formas de organização camponesa em Goiás 1954/1964*. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1982.

KRISCHKE, Paulo J. “Movimentos sociais e democratização no Brasil: necessidades radicais e ação comunicativa”. In: *Ciências Sociais Hoje*, 1990. Anuário de Antropologia, Política e Sociologia. São Paulo: Vértice/ANPOCS, 1990. pp. 128-155.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LEDESMA, Manuel P. “Cuando lleguen los días de la cólera (movimientos sociales, teoría e historia)”. *Zona Abierta*, Madrid, n. 69, pp. 51-120, 1994.

LIEDKE FILHO, Enno D. “A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios”. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 14, p. 376-437, 2005.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Algumas considerações sobre o conceito de classe social*. Exame de Qualificação de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

_____. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: Os comunistas e a constituição de classe no campo*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma: Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

O'DWYER, Eliane Cantarino. *Da proletarização renovada à reinvenção do campesinato*. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

PALMEIRA, Moacir. *Latifundium et capitalismo: Lecture d'un débat*. Tese de Doutorado – Faculté de Lettres et de Sciences Humaines, Paris, 1971.

_____. “Desmobilização e conflito: Relações entre trabalhadores e patrões na agro-indústria pernambucana”. *Revista de Cultura & Política*, São Paulo, ano 1, n. 1, pp. 41-55, 1979.

RÊGO, Rubem Murilo Leão. *Terra de violência: Estudo sobre a luta pela terra no sudoeste do Paraná*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

SADER, Eder & PAOLI, Maria Célia. “Sobre ‘classes populares’ no pensamento sociológico brasileiro”. In: CARDOSO, Ruth C. L. *A aventura antropológica: Teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. pp. 39-67.

SIGAUD, Lygia. *A nação dos homens: Uma análise regional de ideologia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1971.

_____. “Para que serve conhecer o campo”. In: *Temas e Problemas da Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo/Rio de Janeiro: IDESP/Sumaré, 1992. pp. 30-42.

Notas

1 Era um contexto econômico, social e político – décadas de 1950 e 1960 –, em que o debate em torno da necessidade de reforma agrária esteve presente como um tema central na discussão de um projeto de industrialização do país e de ampliação do mercado interno e externo.

2 A primeira edição do livro *Os camponeses e a política no Brasil* foi publicada em 1981.

3 A forte influência de Alain Touraine coloca a autora num lugar singular neste artigo, estando presente nos dois conjuntos de estudos.